

AS CONDIÇÕES PARA O ACORDO COM O FMI

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 30.11.1982

Estamos finalmente e oficialmente renegociando nossa dívida com o Fundo Monetário Internacional. Já há alguns anos pelo menos desde 1979 ficara claro que a renegociação de nossa dívida externa seria inevitável. A expectativa de girar a dívida indefinidamente deixara de ser realista devido ao caráter autônomo do nosso próprio endividamento, que, dado seu alto nível, tendia a crescer em ritmo de bola de neve. Em 1979, no entanto, o segundo choque do petróleo, acompanhado de grave deterioração de nossas relações de troca, e a elevação das taxas de juros internacionais, tornaram a inevitabilidade da renegociação ainda mais clara.

Naquela época tínhamos condições de negociar de caixa alta. Não o fizemos, entretanto, por timidez ou por imprudência. Em 1980 preferimos nos lançar em uma aventura desenvolvimentista, e em 1981 e 1982, recuperar o crédito perdido através de uma política econômica recessiva. Ambas as políticas, apesar de seus sinais contrários, só agravaram a situação. E agora, levados a um funil de falta de alternativa agravado pela crise de confiança provocada pela ruptura de caixa do México, recorreremos ao FMI

Com nossas reservas liquidadas, é claro que nosso poder de barganha diminuiu. Mas assim mesmo é preciso que não subestimemos a nossa própria força e a força da sociedade brasileira. Afinal o Brasil é uma grande economia industrial, um parceiro importante dos países capitalistas centrais. E a própria dimensão da nossa dívida nos dá poder, na medida em que uma ruptura de caixa do Brasil teria graves consequências sobre as finanças dos nossos credores.

Os grandes bancos sabem disto, e por isso estão servindo de intermediários do Brasil junto ao FMI. O Presidente Reagan sabe disto, e por isso está chegando ao Brasil. O aval do FMI é nesse momento essencial para que se restabeleça a confiança dos pequenos bancos e capitalistas privados internacionais. Apenas os grandes bancos, cujos

ativos estão inclusive diminuindo devido à crise internacional, não têm condições de financiar a dívida brasileira sozinhos.

Espera-se que o FMI exija do Brasil a continuidade e talvez o agravamento da atual política recessiva. Diminuição dos subsídios agrícolas e das despesas estatais, visando ao mesmo tempo combater a inflação e reduzir as importações (via mais recessão) são receitas mais prováveis. Uma maxidesvalorização provavelmente está descartada, já que o Brasil conseguiu a prorrogação do crédito-prêmio de exportação de 11%, mas o aceleração das minidesvalorizações é inevitável.

Ora, no debate que vai retravar o que é importante que os negociadores (brasileiros e do FMI) tenham em mente duas coisas: primeiro, que a inflação não é o principal problema brasileiro, já que sabemos conviver com ela; e, segundo, que o atual desequilíbrio de nossas contas correntes (exceto juros) é transitório. Ele não é devido a uma taxa de câmbio gravemente distorcida, nem a um consumismo desenfreado das classes dominantes brasileiras (embora nessa área haja abusos). O déficit na balança comercial e de serviços é hoje devido principalmente à deteriorização das relações de troca do Brasil, e, portanto, deve ser transitório.

Por isso, é necessário que utilizemos o poder de barganha que ainda nos resta para estabelecer condições razoáveis no acordo com o FMI. Continuar a agravar a atual política recessiva é um suicídio econômico, pois não resolvera os problemas do país. É preciso pensar em políticas alternativas, que restrinjam importações, mas evitem a recessão generalizada. Os obstáculos nesse sentido são muitos, inclusive o conservadorismo monetarista de ambos os lados, mas é preciso ficar claro que a sociedade brasileira não está disposta a aceitar qualquer tipo de acordo.(30/11)